

A água virtual e a cooperação amazônica

O rio Amazonas e os seus afluentes, por tudo que representam na vida planetária, delegam especial responsabilidade aos oito países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A Bolívia, o Brasil, a Colômbia, o Equador e o Peru se unem à Amazônia Caribenha, isto é, à Guiana, ao Suriname e à Venezuela, irrigados pela Bacia do Orinoco. A Guiana Francesa, por sua vez, responsável por estampar uma parte da Amazônia em todas as cédulas do euro, pouco a pouco convence seus vizinhos a transformar a França no nono membro da OTCA.



TEXTO: DR. ARGEMIRO PROCÓPIO*

A cooperação bilateral e multilateral aquém das expectativas fez com que nenhum país amazônico tivesse noutro amazônico o maior parceiro comercial. Pequim, iniciando por Brasília, conquistou o título de principal parceiro de praticamente todos da Hiléia. Em Georgetown, a Embaixada da República Popular da China ultrapassou em número de pessoal diplomático e em atividades a Embaixada do Reino Unido.

Água e vida

A pecuária extensiva em áreas amazônicas bolivianas e colombianas, a poluição mercurial nos garimpos peruanos e equatorianos, somada à monocultura da soja, da cana-de-açúcar, da bovinocultura e das atividades da mineração no Brasil, fomentam uma crise ambiental de dimensão continental. Depois das queimadas, a terra pelada assoreia o leito dos rios. Provoca, em alguns anos, inusitadas cheias e noutros, secas catastróficas.

Falhas técnicas debitadas a uma empresa brasileira na construção da Central Hidroelétrica de San Francisco, programada para atender 15% do consumo energético do Equador, estremeceram as relações diplomáticas entre Brasília e Quito. Também por causa da água, do petróleo e outras riquezas no Valle Del Alto Cenepa, dois parceiros amazônicos, Peru e Equador, entraram em conflito armado nos primeiros meses de 1995.

Entre Brasília e La Paz, as hidroelétricas de Santo Antonio e do Jirau,

em fase de construção no estado de Rondônia, atizam protestos nas fronteiras Bolívia/Brasil.

A Guiana, o país amazônico caribenho onde mais da metade da população confessa o islamismo e o hinduísmo, sedia a Comunidade do Caribe (Caricom) com quinze membros. Votando quase que sempre em forma de cardume, constituem cobiçadíssima fonte de votos na Organização dos Estados Americanos e na Organização das Nações Unidas.

Outro amazônico-caribenho expressivamente islamizado é o Suriname. A Holanda o recebeu da Inglaterra em troca de Manhattan, negócio sacramentado pelo Tratado de Paz de Breda. Esse filho caçula do processo de emancipação política na América do Sul tem áreas em litígio com a Guiana. Suas minas de bauxita o transformaram numa das entradas preferidas das multinacionais na Amazônia.

O Suriname, talvez a mais visível porta dos chineses na Hiléia, silenciosamente testemunha as necessidades gigantes do sino-desenvolvimentismo por recursos florestais e minerais. O proposital desconhecimento da geopolítica de Pequim na Amazônia soma-se à tolerância para com o contrabando de mão dupla que jamais deixa impressões digitais. Em seu conjunto, a presença chinesa, nessa parte do mundo, suplanta a estadunidense e a européia.

Necessidade de proteger

As conseqüências do inadequado

uso da água e da criminoso prática das queimadas, viabilizadores da agricultura de exportação, alertam os gigantes em recursos hídricos que antes acreditavam inesgotáveis as suas águas e possessões florestais. Os abusos no uso e o apartheid social geram escassez e instabilidade política.

Os incêndios dos cerrados amazônicos, principalmente nos estados do Mato-Grosso e Mato Grosso do Sul, abrindo espaço às plantações da soja e da cana-de-açúcar transformada em bioetanol, comprometem o fluxo das águas do complexo Paraná-Paraguai e, sobretudo, do Pantanal. Esse último, incrustado na tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Bolívia, forma uma das delicadas e preciosas jóias ambientais da humanidade. Tem o grande mérito de alertar para o fato esquecido que as águas amazônicas, por evaporação ou infiltração, direta ou indiretamente, influem no complexo do Pantanal. Daí a interligação com as águas que caminham em direção à América Austral.

Inexistência de zelo e cuidados comuns relacionados aos rios transnacionais fazem da vulnerabilidade hídrica fonte de conflitos tanto na bacia amazônica quanto na platina.

Mesmo que a efetiva cooperação regional em torno dos complexos hidropolíticos esteja por nascer, o problema da segurança fluvial reclama cuidados políticos. A intensificação do uso compartilhado das águas por meio do transporte, das hidroelétricas, da irrigação, das atividades minerado-

* Professor Titular da Universidade de Brasília e Professor Visitante da Universidade Livre de Berlim, Alemanha.

ras, da pesca e da indústria, passa pelas veias quase entupidas da geopolítica.

Politicamente, os rios constam na cartografia como marcos divisórios. Ao contrário da sua vocação de integração, apontam nos mapas divisões e fronteiras. A política hídrica precisa incluir aos cuidados comuns, as necessidades das massas urbanas, as tradições multiculturais, as populações ribeirinhas e os povos originários.

O derretimento dos glaciares tropicais andinos causou enormes inundações em passado recente. Agora responde por secas inusitadas na Amazônia. Brasileiros bebem, sem reclamar, a água poluída por garimpos peruanos, colombianos e bolivianos. Da mesma forma, argentinos e uruguaios há décadas consomem, sem lamentos, a água quase podre misturada a dejetos não tratados, lançados nas

correntes dos rios nascidos no Brasil e que desembocam ao lado da casa onde moram.

O pouco que se conhece do Aquífero Guarani dá para entender que ele não tem divisórias. Ninguém diz o quanto sua existência depende da infiltração das águas amazônicas. Esse fato anima o estudo da gestão compartilhada das águas fluviais e dos lençóis subterrâneos. São tão importantes para umedecer a terra como a evaporação dos rios é imprescindível para a vida da vegetação. A dinâmica da hidropolítica na Amazônia Continental, se sofre constrangimentos e se não encontrou soluções de longo efeito, certamente é porque privilegia o bilateral em detrimento do multilateral. Nada impede aos países com glaciares e com florestas tropicais lembrar que vários entre eles subscreveram na Organização das Nações Unidas o R2P, ou seja, o princípio da

Responsabilidade de Proteger, com todas as suas conseqüências.

A desigualdade da utilização da água entre ricos e pobres aumenta os riscos de conflitos internos e externos. Provoca crises nas relações internacionais de profunda ressonância. Daí a sabedoria do ditado popular, “melhor prevenir do que remediar”.

Mesmo que a questão da água virtual chegue com enorme atraso na agenda diplomática, a cesta do agronegócio, ou seja, a soja, o café, o açúcar, a carne e o suco de laranja transformaram o Brasil num notável exportador de água dentro desses produtos. Desperdiçada e abusada no processo produtivo desses itens, o percentual da água presente nos grãos exportados, mais dia menos dia, obrigará os importadores a desembolsar muito dinheiro por esse bem esgotável e essencial. ■

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado em 3 de julho de 1978 pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela (www.otca.org.br)

